

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

29 de Junho de 2006. — O Director-Geral, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, tenente-general.

#### Despacho n.º 16 209/2006

1 — No uso das competências subdelegadas pelo despacho n.º 16 327/2005, de 12 de Julho, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 10 dias, com início em 15 de Julho de 2006, a comissão do sargento-ajudante INF 010277881, Luís Manuel dos Santos Margaça, no desempenho das funções de assessor técnico do projecto n.º 3, «Componente terrestre das F-FDTL», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de Timor-Leste.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

29 de Junho de 2006. — O Director-Geral, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, tenente-general.

### MARINHA

#### Arsenal do Alfeite

##### Despacho (extracto) n.º 16 210/2006

Por despacho de 24 de Maio de 2006 do administrador do Arsenal do Alfeite, foi autorizada a rescisão do respectivo contrato a Luís Manuel Lima Migueis Vasconcelos, operário do nível 4, com efeitos a partir de 19 de Junho de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Julho de 2006. — O Director de Recursos Humanos, *Jaime Batista de Figueiredo*.

##### Despacho (extracto) n.º 16 211/2006

Por despacho de 25 de Junho de 2006 do administrador do Arsenal do Alfeite, foi exonerada, a seu pedido, Maria da Conceição Pires Silveiro Grancho, educadora de infância do nível 1, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Julho de 2006. — O Director de Recursos Humanos, *Jaime Batista de Figueiredo*.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 16 212/2006

Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 268/81, de 16 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 257/99, de 7 de Julho, é nomeada subdirectora-geral dos Serviços Prisionais, em comissão de serviço, a licenciada Julieta de Fátima Neves e Silva Nunes, possuidora de reconhecida competência técnica, aptidão, formação e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Agosto de 2006.

27 de Julho de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

### Nota biográfica

#### 1 — Dados pessoais:

Nome — Julieta de Fátima Neves e Silva Nunes;  
Naturalidade — Lisboa;  
Data de nascimento — 20 de Maio de 1956;  
Estado civil — casada.

2 — Habilitações académicas — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, concluída em 1985.

#### 3 — Situação profissional actual:

Directora dos Serviços Financeiros e Patrimoniais na Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;  
Assessora principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do ex-Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

#### 4 — Actividade profissional:

Desde 19 de Agosto de 1998, directora dos Serviços Financeiros e Patrimoniais na Secretaria-Geral do Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território (MEPAT), do Ministério do Equipamento Social (MES), do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação (MOPHT) e do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC);

Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local, nomeada por despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de Abril de 2001 (2001-2002);

Chefe da Divisão de Coordenação Orçamental/Divisão de Planeamento e Coordenação Orçamental na Secretaria-Geral do Ministério do Planeamento e da Administração do Território (MPAT) e do Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território (MEPAT) (1994-1998);

Jurista na Direcção-Geral do Tribunal de Contas, no Núcleo Técnico de Contas — Apoio Jurídico Financeiro à 1.ª Contadoria Geral de Contas — Domínios de: Fiscalização Prévia, Fiscalização Sucessiva, Parecer sobre a Conta Geral do Estado, Contas de Gerência/Contas de Responsabilidade (1987-1994);

Jurista no Gabinete Jurídico da Direcção-Geral do Tesouro, área Financeira do Estado (1986-1987);

Funções técnicas na Direcção de Serviços Financeiros da Direcção-Geral do Tesouro, Sector da Dívida Pública (1981-1986).

#### 5 — Nomeações e representações:

Vogal da comissão de fiscalização do Instituto Tecnológico e Nuclear, nomeada por despacho conjunto publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 17 de Outubro de 1996, com mandato renovado pelo despacho conjunto publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de Março de 2000;

Membro (por inerência) do conselho administrativo criado na Secretaria-Geral para a gestão de verbas concedidas pelo Fundo Social Europeu para co-financiamento do PROFAP, nos termos do despacho conjunto publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 25 de Junho de 1998;

Representante do MEPAT na Comissão EURO do Ministério das Finanças (1999).

#### 6 — Publicações:

2005 — Gabinetes dos membros do Governo, *Guia de Pessoal*, edição da Secretaria-Geral do MOPTC (co-autoria).

#### Despacho n.º 16 213/2006

Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 268/81, de 16 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 257/99, de 7 de Julho, é nomeado subdirector-geral dos Serviços Prisionais, em comissão de serviço, o licenciado Nuno Maria Teles Moniz Côrte-Real, possuidor de reconhecida competência técnica, aptidão, formação e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Agosto de 2006.

27 de Julho de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

**Nota biográfica**

## 1 — Dados pessoais:

Nome — Nuno Maria Telles Moniz Côte-Real;  
 Naturalidade — Lisboa;  
 Data de nascimento — 27 de Outubro de 1957;  
 Estado civil — viúvo.

2 — Habilitações académicas — licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, concluída em 1987.

## 3 — Situação profissional actual:

Director de área no Gabinete de Apoio à Direcção, do Serviço de Informações de Segurança, da Presidência do Conselho de Ministros;

Técnico-coordenador de informações, nível 2, do Serviço de Informações de Segurança, da Presidência do Conselho de Ministros.

## 4 — Actividade profissional:

Director de área de Pesquisa, director de área de Análise e director de Serviços Centrais, do Serviço de Informações de Segurança, da Presidência do Conselho de Ministros (1997-2006);

Analista em diversos sectores operacionais na área de actividade do Serviço de Informações de Segurança (1988-1997).

## 5 — Representações:

Representante do SIS na comissão de segurança do Euro 2004, tendo coordenado as actividades do serviço neste evento (2002-2004);

Representante de Portugal na 1.ª Conferência Internacional para a Segurança dos Jogos Olímpicos de 2008, Pequim (2006).

6 — Docente — cursos de formação profissional para quadros do SIS, Direcção-Geral das Alfândegas e Polícia de Segurança Pública, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Guarda Nacional Republicana (1995-2005).

**Despacho n.º 16 214/2006**

Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 268/81, de 16 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 257/99, de 7 de Julho, é nomeado subdirector-geral dos Serviços Prisionais, em comissão de serviço, o licenciado João Manuel do Couto Guimas, possuidor de reconhecida competência técnica, aptidão, formação e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Agosto de 2006.

27 de Julho de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

**Nota biográfica**

Nome — João Manuel do Couto Guimas.  
 Data de nascimento — 3 de Junho de 1956.  
 Naturalidade — Famalicão, Guarda.  
 Estado civil — casado.

Habilitações literárias — licenciatura em Direito concluída em 1983.

## Percurso profissional:

De Abril de 1985 a 1988 — como técnico superior de 2.ª classe do Instituto de Reinserção Social, foi colocado no Estabelecimento Prisional de Alcoentre;

De 1988 a 1990 — exerceu funções de assessoria jurídica no Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, colocado no Gabinete Jurídico da Divisão de Apoio ao Consumidor;

Julho de 1990 — exerceu funções de assessoria jurídica no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Julho de 1991 — exerceu funções de secretário, função equiparada a chefe de divisão, na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa;

Novembro de 1993 — ao abrigo do n.º 1 do artigo 69.º do Estatuto Orgânico de Macau, recrutado para o território de Macau, onde desempenhou funções como assessor jurídico;

Julho de 1995 — designado chefe do Departamento de Gestão e Planeamento da Polícia Judiciária de Macau;

Janeiro de 1998 — nomeado inspector dos Serviços de Auditoria e Inspecção da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais;

De Setembro de 1998 a Julho de 1999 — exerceu funções de adjunto do director do E. P. de Caxias;

Julho de 1999 — nomeado director do E. P. de Sintra;

Novembro de 2000 — nomeado director do E. P. do Linhó, cargo que exerce até à presente data.

## Outras funções:

Exercício de advocacia de 1984 a Novembro de 1994;

De 1992 a 1993 — professor na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril;

Vogal da Comissão para os Descobrimentos em Macau;

Integrou o grupo de trabalho e estudo para implementação da televisão por cabo em Macau;

De 1995 a 1996 — professor na Escola da Polícia Judiciária de Macau;

Por designação do director-geral da DGSP integrou o conselho de coordenadores de avaliação de desempenho dos funcionários da DGSP na avaliação de 2004 e 2005;

De 2000 a 2006 — membro da direcção da Associação dos Directores Prisionais.

**Despacho n.º 16 215/2006**

Com a publicação da Lei n.º 2/98, de 8 de Janeiro, foi consagrada a possibilidade de proceder à colocação de assessores nos tribunais judiciais de 1.ª instância, quando a complexidade e o volume do serviço o justifiquem.

Tendo sido atingido o termo das comissões de serviço em que se encontravam nomeados os licenciados João de Amorim Araújo Barbosa, Arminda Maria Pereira das Neves e Teresa Filomena Cruz Castanheiro Rocha, sem que tenha ocorrido a abertura de novo concurso de provimento, e mantendo-se a necessidade de coadjuvação que determinou a instituição da assessoria prestada pelos sobreditos licenciados, situação confirmada pelos procuradores da República:

Nomeio, obtida que se encontra a concordância do conselheiro Vice-Procurador-Geral da República, em comissão de serviço por três anos, ao abrigo do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 2/98, de 8 de Janeiro, e com efeitos à data da cessação da anterior comissão de serviço, os licenciados a seguir identificados:

Como assessor do Ministério Público no Tribunal Judicial de Braga, João de Amorim Araújo Barbosa;

Como assessora do Ministério Público no Tribunal de Família e Menores de Lisboa, Arminda Maria Pereira das Neves;

Como assessora do Ministério Público no Tribunal de Família e Menores de Lisboa, Teresa Filomena Cruz Castanheiro Rocha.

28 de Julho de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

**Secretaria-Geral****Despacho (extracto) n.º 16 216/2006**

Por meu despacho de 10 de Julho de 2006, a licenciada Cláudia Manuel Fortes Rodrigues Fernandes, técnica superior de 1.ª classe, escalão 1, índice 460, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial, foi transferida, obtida a anuência do serviço de origem, para o quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, com efeitos a 1 de Agosto de 2006, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Julho de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

**Direcção-Geral da Administração da Justiça****Despacho n.º 16 217/2006**

Por despacho da directora-geral da Administração da Justiça de 10 de Julho de 2006, foi nomeado secretário de inspecção do COJ António Francisco da Cruz Oliveira, escrivão de direito do 4.º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de São João da Madeira, nos termos do artigo 122.º do EFJ, com efeitos a 12 de Julho.

24 de Julho de 2006. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.